

UFRJ/IEI

TD248

034469-9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 248

ESPANHA, ITÁLIA E BRASIL: ALGUMAS TENDÊNCIAS
SOBRE O COMPORTAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIOS
NA CRISE DE 1980-85

Carlos Aguiar de Medeiros
Dezembro/1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



ESPAÑHA, ITÁLIA E BRASIL: ALGUMAS TENDÊNCIAS SOBRE
O COMPORTAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIOS NA CRISE DE 1980-85(*)

Carlos Aguiar de Medeiros



43 - 016641

(*) Versão resumida do relatório de pesquisa "Industrialização,
Estado e Bem-Estar Social" (Fundação Ford).

anpec
Associação Nacional de
Empresas de Bens de Consumo

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APÓIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PLANO NACIONAL DE
ECONOMIA

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 06 / 07 / 1993

N.º 034469-9

S
UFRJ/IEI MS88837
TD 248

FICHA CATALOGRÁFICA

MEDEIROS, Carlos Aguiar de.

Espanha, Itália e Brasil: algumas tendências sobre o comportamento do emprego e salários na crise de 1980-85. / Carlos Aguiar de Medeiros. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

14p.; 21cm. - (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; nº 248).

"Versão resumida do Relatório de Pesquisa: Industrialização, Estado e Bem-Estar Social".

1. Salários, 1980-85. 2. Ocupações, 1980-85. 3. Distribuição de Renda, 1980-85. 4. Desenvolvimento Econômico, 1980-85. I. Título. II. Série.

O sentido das mudanças ocorridas na distribuição de renda nos anos de crise e recuperação foi semelhante nos três países: os assalariados, principalmente os de menor qualificação e o setor público arcaram, em diferentes proporções, com os custos mais elevados do ajuste. A recuperação do crescimento a partir de meados dos anos 80 permitiu uma sustentada expansão dos salários reais mas em níveis inferiores aos da produtividade. Deste modo, a renda do trabalho assalariado e os custos salariais por produto na indústria tiveram crescimento inverso, subindo a primeira magnitude e caindo a segunda. Neste sentido, o ajuste macroeconômico significou ampla alteração na distribuição funcional da renda.

A crise internacional das matérias-primas e do petróleo ainda que atingisse defasadamente os três países, produziu estratégias macroeconômicas semelhantes, a despeito de significativas diferenças estruturais e institucionais. O déficit crescente na balança de transações correntes e o consequente risco cambial, constituíram o principal vetor de instabilidade e inflação transformando-se no alvo central das políticas de estabilização. A estratégia visando a busca de equilíbrio e superávits comerciais - dramática no caso brasileiro com extinção das possibilidades de refinanciamento da dívida externa a partir de 1983 - engendrou significativos deslocamentos nas fontes de crescimento do produto, com importantes efeitos na distribuição interna da renda.

A desaceleração do crescimento, especialmente da demanda interna e os efeitos explosivos dos custos da matéria-prima importadas sobre os preços e custos internos, constituiu o elemento estrutural comum da crise. A profusão de maxidesvalorizações cambiais e as políticas de contenção monetária e desindexação salarial resultaram numa elevação da relação câmbio/salário e das exportações em termos do produto interno. O raio de manobra destas medidas foi diferente nos três países em função do diferente enquadramento internacional e das distintas características estruturais e institucionais das economias.

A fragilização financeira dos setores industriais duramente atingidos pela elevação dos juros sobre os passivos finan-

ceiros das empresas, suscitou ampla transferência de recursos públicos via créditos subsidiados e políticas tarifárias. Na Itália e na Espanha, mas não no Brasil, os gastos do setor público no subsídio ao desemprego, constituíram um importante fator do déficit do Governo e socialização dos custos do ajuste. No caso brasileiro, a estatização da dívida externa e o peso do endividamento das empresas estatais levou o setor público a uma situação patrimonial crítica. Diferentemente da Itália e da Espanha não houve no Brasil uma reforma fiscal que pudesse se contrapor ao déficit interno crescente.

A redução do endividamento privado e dos custos salariais, obtidos, seja pelo desemprego massivo, seja pelas políticas de rendas, pactadas ou não, permitiu que com a recuperação do comércio internacional promovido pelo déficit crescente dos EUA, houvesse amplos espaços de crescimento das exportações. No caso brasileiro, a transferência de recursos reais ao exterior passou a se dar a partir de 1983 num ambiente plenamente expansivo pelo acúmulo de superávits comerciais. A existência de capacidade ociosa nos setores mais dinâmicos da indústria tornou possível que tal deslocamento gerasse efeitos expansivos sobre a demanda interna, permitindo uma recuperação do emprego e dos salários reais. No caso espanhol, o déficit na balança de transações correntes, especialmente intenso a partir de 1979 foi parcialmente coberto pela conta capital até 1985. o crescimento dos investimentos externos a partir de 1980, especialmente intensos nos anos de 1985 e 1986, compensou em parte, a redução dos empréstimos privados a partir de 1981. No caso italiano, o ajuste macroeconômico foi acompanhado de amplo processo de reconversão industrial que viabilizou uma recuperação liderada pela demanda interna. Diferentemente da Espanha em que o PIB cresceu a frente da demanda interna até 1985, na Itália, em 1984, a demanda interna expandia-se a uma taxa bastante superior a do PIB.

A busca de maior competitividade externa variou amplamente nos três países. No caso italiano, a reconversão industrial foi o fator dinâmico principal. No caso brasileiro, a modernidade de certos segmentos industriais instalados no final dos 70 foi importante fator das exportações industriais. Contudo, o

forte crescimento das exportações nos segmentos mais tradicionais da indústria, beneficiou-se amplamente da movida da relação câmbio/salários e da política de subsídios. No caso espanhol, a redução dos subsídios requeridos ao enquadramento da economia na CEE, fez do custo salarial, a única fonte de competitividade das exportações.

Os impactos macroeconômicos da crise e da retomada do crescimento afetaram profundamente a estrutura de preços relativos e o ritmo de crescimento dos setores produtivos. Tais mudanças tiveram significativas implicações sobre a distribuição da renda, não apenas entre trabalhadores e capitalistas, mas no interior do mundo do trabalho e das diferentes frações de capital. A exacerbação do conflito distributivo em torno da política salarial, cambial, monetária e fiscal foi, como apontado anteriormente, distinta nos períodos de crise e recuperação. No primeiro, os assalariados viram o poder de compra dos salários cair tanto em termos internos quanto externamente; por outro lado, a deteriorização das contas públicas significou inequívoca socialização dos custos privados, diferenciando neste processo os distintos blocos de capital. Em particular, o setor financeiro beneficiou-se da estratégia de elevação dos juros reais.

Na Espanha, na Itália e em menores proporções no Brasil, o nível dos custos salariais e do salário real foi considerado importante variável de ajuste nas políticas de estabilização. Com efeito, a "ancoragem" do câmbio italiano nos termos do SME (*) em 1979 e a estratégia espanhola nesta direção acompanhada da manutenção de elevadas taxas de juros internas visando atrair capitais externos, fizeram da redução dos custos salariais, importante variável de ajuste sobre os preços internos. No caso brasileiro, a despeito da importância das alterações na política salarial visando a redução dos custos salariais e do salário real, foi a aceleração inflacionária o principal mecanismo de desvalorização salarial. Com efeito, sem âncoras externas, as tensões inflacionárias - em grande parte provocadas pela crise do

(*) Sistema Monetário Europeu

financiamento do setor público - impediram que a compressão de custos realizados na crise, possibilitasse um caminho de expansão com desaceleração de preços como a que se passou na Itália e na Espanha. A transferência de recursos reais ao exterior propiciada por amplo crescimento das exportações, a partir de 1983 se de um lado viabilizou o crescimento e a recuperação dos salários reais e do emprego, não afastou os riscos de asfixia cambial e dos componentes expectacionais inflacionários deles derivados. A recuperação do crescimento no Brasil deu-se em condições de aceleração inflacionária.

Este elemento endógeno da aceleração inflacionária brasileira pode ser visualizado quando se compara as relações entre salário nominal, salário real e inflação nos três países. Na crise, a desvalorização do salário real do Brasil ocorreu via aceleração da inflação à frente do crescimento dos salários nominais. Na Espanha e Itália, a queda do salário real foi obtida por uma desaceleração dos salários nominais acima da deflação dos preços. As mudanças na indexação salarial e as políticas de renda foram os dispositivos utilizados neste movimento.

Tal comportamento poderia gerar uma conclusão paradoxal. Com efeito, a aceleração da inflação visando a redução do salário real ocorre em contextos de forte rigidez dos salários à baixa, plenamente indexados ao índice de custo de vida. Os salários no Brasil possuíam, neste caso, maior rigidez do que na Espanha e na Itália. O paradoxo se desfaz quando se tem em mente que o processo inflacionário em geral e em particular no Brasil, move-se por conflitos distributivos mais amplos que o existente entre salários e lucros. A aceleração da inflação ocorrida na primeira metade dos 80 não pode ser, sob nenhum critério, atribuída aos salários.

Na recuperação, na segunda metade da década, o crescimento dos salários reais na Itália e Espanha foi obtido pela desaceleração dos preços superior à dos salários nominais. No Brasil, a recuperação do salário real foi obtida a partir da aceleração dos salários nominais superior à aceleração dos preços.

Estas diferenças no comportamento entre salários nominais e inflação no período de crise e recuperação, sugerem que no

Brasil o processo inflacionário possui componentes inteiramente distintos e singulares em relação à experiência européia.

Se de um lado, a singularidade do processo inflacionário brasileiro, não impediu o país de reproduzir um movimento semelhante ao espanhol e italiano com relação ao comportamento dos salários reais e distribuição de renda, por outro, engendrou uma crise fiscal e financeira do Estado sem precedentes no quadro de referência europeu, a despeito de existir forte semelhança formal nos três casos. A natureza desta crise, temporalmente defasada sobre os salários reais é impossível de ser magnificada. É possível supor contudo, que o comprometimento dos bens salariais públicos foi um resultado da crise e do tipo de ajuste perpetrado.

Outro aspecto notável, resultante da crise e do processo de recuperação posterior, foi a concentração de riqueza. Com excessão da Itália que possui material estatístico sobre o tema, os outros 2 países não permitem uma avaliação deste deslocamento. Contudo, o movimento inequívoco foi o aumento do grau de concentração, obtido a partir de fortes ganhos de natureza financeira e a especulativa. Em particular no caso brasileiro em que uma inflação crônica e instável engendrou amplos e diferenciados mecanismos de defesa dos contratos financeiros. A velocidade de reajuste dos diferentes indexadores da economia, em particular dos contratos cambiais, financeiros e salariais foi bastante diferenciada, permitindo, desta forma, ampla transferência de renda e riqueza.

Os efeitos distributivos da crise e recuperação dos anos 80 não podem ser desvinculados das transformações ocorridas no mercado de trabalho. Com efeito, um dos aspectos mais visíveis da crise foi o desemprego massivo, a precarização dos contratos de trabalho, o aumento do subemprego, dos contratos de trabalho temporários e a tempo parcial e da expansão da economia informal. Tal movimento responde, do ponto de vista da demanda de trabalho, a fenômenos de natureza diversa como os de característica estritamente estrutural e tecnológica e aqueles derivados de aspectos macroeconômicos. Neste sentido, a reconversão industrial italiana foi o fenômeno central do desemprego, na Espanha e no

Brasil, o ajuste macroeconômico teve um papel essencial. No caso espanhol, a crise do mercado de trabalho possui aspectos estruturais anteriores ao ajuste macroeconômico. A crise da agricultura tradicional e das pequenas e médias empresas - responsáveis por alta parcela do emprego assalariado - é anterior à crise macroeconômica. No caso brasileiro, ao contrário, o período anterior à crise é marcado por crescimento elevado do emprego assalariado em todos os setores produtivos e, em especial nos segmentos mais dinâmicos da indústria de transformação.

Do ponto de vista da oferta de trabalho, os anos 80 foram marcados tanto na Espanha quanto na Itália pelo crescimento da população em idade ativa - reflexo do "baby-boom" dos anos 60 - e da taxa de atividade das mulheres. Este último compensou fortemente a queda ocorrida entre os homens. O caráter cíclico da taxa global de atividade foi especialmente acentuado nestes dois países. A redução ocorrida no auge da crise se de um lado atenuou a pressão sobre o mercado de trabalho, por outro, aumentou o "desemprego por desalento". Nos anos de recuperação, a entrada de novos contingentes na população ativa - incluindo os repatriados e imigrantes - pressionou positivamente a taxa de desemprego a despeito do crescimento do emprego.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro discrepam fortemente daquelas ocorridas nos países europeus. Com efeito, a recuperação do emprego assalariado na segunda metade dos 80 foi explosiva. Esta reversão foi generalizada a todos os setores e em particular na indústria de transformação. Os setores industriais mais intensamente afetados pela crise como materiais de transporte, metalurgia, mecânica e têxtil, lideraram, a partir de 1984 o movimento expansivo. Em parte tal movimento deve ser atribuído ao boom das exportações. Contudo, o crescimento da demanda interna nos anos subseqüentes, generalizou o movimento expansivo aos setores voltados ao mercado interno. Especialmente em 1986, ano do primeiro plano de estabilização heterodoxo, o forte aquecimento do mercado de trabalho recompôs e expandiu o estoque de emprego assalariado existente nos anos anteriores à crise. Contrariamente ao que se passou na Itália em que o emprego assalariado respondeu lentamente ao crescimento do produto -

reflexo da conversão tecnológica - no Brasil, produto e emprego cresceram à taxas semelhantes, inclusive na indústria de transformação. Em menores proporções fato semelhante aconteceu na Espanha. A pequena alteração ocorrida na distribuição ocupacional na indústria de transformação brasileira permite considerar que a recuperação do emprego foi generalizada a todos os setores industriais.

Itália e Brasil tipificam duas situações distintas: no primeiro país, a crise macroeconômica foi acompanhada de ampla reconversão industrial alterando significativamente a composição setorial, ocupacional setorial, ocupacional e regional do emprego industrial. No Brasil, tais mudanças foram pouco significativas, denotando escassas alterações na base técnica préexistente à crise. O que não significa considerar desde logo, que investimentos em novas tecnologias, sobretudo na microeletrônica não tenham ocorrido em importantes setores industriais. Contudo, tais investimentos, não alteraram o padrão de absorção de mão-de-obra previamente existente.

De fato - a intensa capacidade de geração de empregos no Brasil - sugere que as virtualidades macroeconômicas do padrão de crescimento montada na segunda metade dos anos 70 não foram ainda inteiramente utilizadas.

Os aspectos descritos nas páginas anteriores consideraram exclusivamente as mudanças nos ritmos de emprego nos setores industriais mais dinâmicos, referindo-se portanto, aos mercados internos de trabalho. Colocando-se numa perspectiva mais ampla do emprego, incluindo os assalariados de microempresas, trabalhadores assalariados informais, trabalhadores autônomos, formais e informais, as diferenças existentes nos três países são notáveis. O traço comum na crise foi, como já salientado, a precarização do mercado de trabalho, resultado do desemprego massivo. Isto significa dizer que as atividades informais constituíram um importante colchão amortecedor do desemprego. No caso espanhol, a destruição de um significativo número de pequenas e médias empresas e de postos de trabalho nas grandes empresas ampliou fortemente a economia informal e o emprego irregular. Na recuperação, o crescimento simultâneo da força de trabalho fez com que as ati-

vidades informais continuassem em expansão. No caso italiano, com excessão das áreas mais atrasadas do sul, a informalidade é constituída, em grande parte por amplo contingente de minorias, incluindo aos migrantes em atividades autônomas. O emprego assalariado informal, é pouco relevante, com excessão do período mais agudo da crise. A forte expansão das pequenas e médias empresas na última década, como parte do processo de descentralização produtiva, revelou nova realidade no mercado de trabalho. O papel tradicional destas empresas na criação de empregos irregulares com baixos salários perdeu importância nas áreas do norte e centro do país. A pequena empresa articulada com a grande empresa e a moderna pequena empresa independente, constituíram um importante pólo de emprego assalariado regular com níveis de salários semelhantes aos pagos nas grandes empresas. Contudo, nas áreas de emprego assalariado informal conformam um importante contingente de ocupação irregular. O duplo trabalho, o emprego informal, o emprego subsidiado pela CIG, constituem um significativo universo de subemprego, reflexo em parte da crise e, em parte de mudanças estruturais mais amplas. No Brasil o desenvolvimento das atividades informais foi intenso na crise: nas áreas mais desenvolvidas do país, o declínio do emprego assalariado formal foi em parte compensado pelo crescimento do assalariamento informal. Nas áreas mais atrasadas, o autoemprego foi a principal resposta ao declínio do emprego. Contudo, o que distingue a situação brasileira não é o caráter anti-cíclico do emprego informal - única estratégia dos desempregados na ausência de mecanismos de subsídio ao desemprego - mas o seu caráter pró-cíclico. Diversas circunstâncias concorrem para este fato. De um lado, os baixos salários vigentes na base do mercado induzem a busca de alternativas de renda nas atividades autônomas; de outro, as amplas possibilidades de expansão de atividades de baixo custo de investimento nos setores tradicionais da indústria e comércio, fortalecem o crescimento da microempresa tradicional e, daí, do assalariamento informal. Os excedentes populacionais nos grandes centros urbanos fornecem o material humano necessário. Com efeito, ao con-

trário da Itália e Espanha, a PEA brasileira não está estabilizada ocupacionalmente ou regionalmente, e o processo de urbanização não sofreu solução de continuidade dos anos 80.

O caráter pró-cíclico do emprego informal brasileiro revelou-se intensamente na segunda metade dos anos 80. O forte aquecimento do mercado de trabalho ocorreu para todas as formas de inserção ocupacional, formal e informal.

Considerou-se anteriormente a forte capacidade de criação de emprego formal no Brasil - liderado na 2ª metade dos 80 pela indústria de transformação - como um fato que o distinguiu no confronto internacional. Aduz-se agora que esta capacidade foi reforçada pelo comportamento pró-cíclico do emprego informal. A alta elasticidade produto-emprego possui, na economia brasileira, aspectos independentes daqueles relativos estritamente à estruturação do mercado de trabalho. No contexto europeu, a baixa elasticidade existente é recorrentemente explicada pela rigidez do mercado de trabalho. Os estudos na Espanha e Itália enfatizam exaustivamente este aspecto. Neste sentido, a estratégia de crescimento do emprego passaria pela adoção de mecanismos de flexibilização do mercado de trabalho: salários diferenciados para os jovens, redução da jornada de trabalho, liberdade de dispensa, "work-sharing", seriam essenciais neste movimento. No Brasil, não apenas a rigidez do mercado de trabalho é bem menor tanto no seu componente salarial - devido aos baixos níveis dos salários de base - tanto no seu aspecto quantitativo: comparativamente, os custos de dispensa são extremamente baixos. Contudo, é possível considerar que à parte das condições do mercado de trabalho, existem outros aspectos que concorrem para a elevada elasticidade produto-emprego. A diferença essencial é de natureza estrutural e não conjuntural: as diferenças absolutas existentes nos níveis de renda percapita e do poder de compra dos salários médios entre o Brasil, a Espanha e a Itália, fazem que no primeiro, as elasticidades-renda da demanda para amplos bens de consumo sejam explosivas. Como os setores tradicionais de bens de consumo e de serviços são "demand-induced" os multiplicadores da renda e do emprego são bastante elevados para um amplo espectro de bens. O crescimento do emprego e da massa salarial nos setores organiza-

dos da economia na segunda metade dos 80, teve, deste modo, importante efeito expansivo sobre o emprego informal e as rendas derivadas, que decorrem destas atividades. Nas economias européias este efeito é menor: com efeito, a recuperação dos salários reais com uma população urbana estabilizada levou a um movimento de "aprofundamento" do consumo de bens com maior densidade tecnológica e de serviços modernos. No Brasil, além deste efeito, inegável nos segmentos médios e nos assalariados "protegidos", o crescimento da renda possui, ainda, um efeito de "alargamento de consumo" para amplos extratos da população urbana. O intenso crescimento da demanda ocorrido durante o plano de estabilização de 86 evidenciou plenamente este aspecto. Se de um lado, o boom ocorrido deva ser atribuído à desmonetização da economia em função dos baixos juros e das incertezas sobre a duração do congelamento, de outro, o crescimento de renda dos assalariados e dos setores informais do mercado de trabalho, foi fator essencial para o hiperaquecimento do mercado de bens correntes de consumo. A combinação entre o aprofundamento do consumo em direção a novos bens - fenômeno predominante nas economias da OCDE - e o alargamento do consumo em bens tradicionais, singularizou o processo de recuperação da economia brasileira, concorrendo para o crescimento simultâneo da economia formal e informal.

As mudanças ocorridas nos mercados de trabalho e distribuição de renda nos três países diferem, portanto, em diversos aspectos, a despeito de reproduzirem, a nível agregado, uma tendência similar.

No caso italiano, especialmente, a crise rompeu com a solidariedade existente nos anos 70 entre emprego, salários e padrão de crescimento. No novo padrão, a ampla difusão de novas tecnologias e a descentralização produtiva quebrou estruturalmente com os mercados internos de trabalho e, com estes, os sindicatos unificados. Por outro lado, o crescimento de novas posições ocupacionais nos serviços, nas profissões liberais, no trabalho qualificado e gerencial, redefiniu o padrão distributivo e de consumo. Crise do consumo de massa e do trabalho assalariado não qualificado compõem um só movimento de dimensões ocupacionais, de renda e consumo.

No caso espanhol, o forte crescimento econômico ocorrido na 2ª metade dos 80, deu-se em condições de forte concentração funcional da renda com significativo declínio da parcela salarial no produto, especialmente dos salários dos trabalhadores de menor qualificação. A diversificação do padrão de consumo vem se dando, sobretudo, pelas importações, realizando o maior poder de compra das camadas médias assalariadas e não-assalariadas. A baixa capacidade de emprego a tempo completo dos setores produtivos, em particular da indústria, interrompeu, parcialmente, a articulação entre consumo assalariado e crescimento. Contudo, a expansão sustentada do crescimento econômico em níveis superiores ao da média européia, esbarra nos objetivos de estabilização dos preços e de equilíbrio do balanço de transações correntes. Estas metas impedem a plena articulação do crescimento com a expansão da massa salarial. A ruptura sindical com as políticas de renda foi o reflexo deste movimento. Do mesmo modo, a expansão da economia informal faz parte deste processo. Diferentemente da Itália em que a economia informal é um fenômeno estrutural antigo, reflexo da notória desarticulação regional do desenvolvimento, na Espanha, esta expande-se, sobretudo, a partir da desarticulação do padrão de crescimento vigente nos anos 60 e primeira metade dos 70. O caráter massivo do desemprego espanhol e a precariedade dos mecanismos de proteção social foram os principais fatores. A recuperação não reverteu este processo. Contudo, os inegáveis avanços ocorridos nas áreas de habitação, saúde e previdência social de caráter nacional e municipal, impedem os riscos de uma desarticulação social mais profunda.

No caso brasileiro, a recuperação econômica se fez acompanhar de ampla expansão do emprego e da massa salarial a despeito da redução da parcela salarial, e da liderança dos "tadeables" no crescimento do produto. Contrariamente ao que se passou na Espanha e Itália, o ajuste não significou uma quebra nas interações dinâmicas entre crescimento e expansão dos salários. Contudo, o recrudescimento da inflação, suspenso temporariamente em 86 e retomado posteriormente, impediu a efetivação desta articulação. A expansão da economia informal, especialmente intensa nos últimos anos, reflete as contradições de uma eco-

nomia com um enorme potencial de crescimento do mercado interno - explicado em parte pela não exaustão de um padrão de crescimento de alargamento de consumo - e as incertezas de crescimento geradas por uma inflação acelerada.

As estruturas salariais nos três países foram amplamente afetadas na crise e no processo de recuperação. No caso da Itália e Espanha, o movimento inequívoco foi a perda de influência dos sindicatos sobre a estrutura salarial. A ação dos sindicatos revelou-se historicamente forte na redução dos desníveis salariais interocupacionais e intersetoriais. A emergência de centrais sindicais e negociações coletivas autônomas na Espanha no final dos 70, aproximou este país do modelo salarial europeu, reduzindo significativamente o leque salarial, bastante amplo no período anterior. No caso italiano, não só a ação sindical favoreceu o "igualitarismo" salarial. O regime de indexação dos salários à inflação passada com a inclusão de um montante absoluto a cada ponto percentual de inflação, possuía um sentido fortemente nivelador, apagando, virtualmente, as diferenças salariais por níveis de qualificação.

Com a crise, o crescimento do desemprego e a redução da indexação reverteram em parte esta tendência. As negociações trabalhistas passaram a refletir as diferenças setoriais e por empresas. O decréscimo relativo dos trabalhadores "blue collars" nos anos de recuperação e o forte ingresso de jovens e mulheres na base do mercado, reduziram o igualitarismo salarial, concentrando a massa salarial nas ocupações de maior qualificação.

No caso brasileiro, a fragmentação dos mercados urbanos de trabalho e a maior fragilidade dos sindicatos e a inexistência de negociações coletiva autônomas, impediu a manifestação plena da tendência niveladora sobre os salários. Contudo, o forte crescimento industrial dos 70 e a aparição dos movimentos grevistas no final desta década, atuaram no sentido de reduzir os elevadíssimos desníveis salariais. A política salarial vigente entre 1979/83 reforçou esta tendência. A crise reverteu este movimento ao informalizar e jogar no desemprego aberto amplos contingentes de trabalhadores não qualificados, aumentando o "turn-over" e a subcontratação. Na recuperação, tendências opostas

se manifestaram. Contrariamente ao que se passou na Itália e Espanha, o crescimento da demanda por trabalhadores de baixa qualificação foi intenso. Por outro lado, a pressão econômica e política dos sindicatos foi crescente. As conquistas salariais obtidas ao nível de negociações descentralizadas por empresas pelos sindicatos mais fortes foram "espalhadas" (spill-over) para um conjunto mais amplo de empresas de um mesmo setor pela ação das centrais sindicais. Efeitos importantes também se manifestaram intrasetorialmente. Contudo, estas tendências niveladoras sobre os salários foram contrarrestadas pela aceleração da inflação. Desse modo, o grau de concentração salarial aumentou em 84 e 85 para cair fortemente em 1986 com o plano de estabilização. Os salários das pequenas e médias empresas subiram neste ano, a taxas superiores do que as registradas nas grandes empresas, em função da maior liberdade de preços que estas empresas tiveram. Com a aceleração inflacionária nos últimos anos, o desigualitarismo salarial cresceu, a despeito das tendências niveladoras do maior ativismo sindical.

A resposta ocupacional à crise no Brasil, foi, como comentado anteriormente, o crescimento do emprego assalariado informal nas regiões mais desenvolvidas, dos autônomos informais nas regiões mais atrasadas e dos assalariados públicos nas administrações diretas e indiretas. No caso da Espanha e Itália, a regulação pública teve um papel fundamental seja na criação de programas de emprego - bastante significativo na Espanha - seja no subsídio ao desemprego. Estes programas permitiram reduzir parte dos custos do ajuste no mercado de trabalho, transferindo-os para o Estado e, em parte para as empresas e os empregados. As reformas tributárias perpetradas nos anos 80 aumentaram consideravelmente o "fiscal drag" e as cotizações sociais. No caso espanhol, a desvalorização progressiva do salário mínimo interconfederal - indexador das contribuições - atenuou este efeito altista ao mesmo tempo em que estimulou a busca de ocupação na economia informal. Em termos europeus, a política de proteção social e os valores pagos aos pensionistas e desempregados na Espanha manteve-se extremamente reduzida, gerando amplas demandas sociais. Na Itália, a maior efetividade do seguro-desemprego,

tanto em termos de abrangência quanto dos valores pagos, contrarresta-se com a concentração dos desempregados nos coletivos jovens a busca do primeiro emprego, fora, portanto, de qualquer mecanismo de proteção.

A queda da quota distributiva do trabalho assalariado, como a que ocorreu nos três países, correspondeu na fase de expansão, ao crescimento do rendimento dos outros componentes de renda, tanto do excedente das empresas quanto das rendas mistas. Em relação a estas últimas, releva-se o crescimento da renda dos autônomos. Ocorreram aqui dois fatores distintos. De um lado, o crescimento das oportunidades criadas pela expansão do moderno setor terciário. De outro, a expansão do autoemprego por razões derivadas do desemprego e/ou de complementação de renda. Estas duas fontes estão presentes nos três países em diferentes proporções. As novas tecnologias como a microeletrônica, abriram amplos canais de inserção produtiva para as camadas médias profissionalizadas. Expandiu-se o "duplo trabalho" e formas modernas de trabalho à domicílio. Por outro lado, a precarização do mercado de trabalho, o desemprego e os baixos salários - como no caso do Brasil - ou das pensões - como o caso da Espanha - explicam o autoemprego nos serviços tradicionais.

O crescimento das rendas derivadas não se explica, exclusivamente pelas mudanças ocupacionais. Conforme comentado anteriormente houve intensa concentração da riqueza pelos mecanismos da especulação financeira e imobiliária. Este processo, intenso na Espanha e Brasil põem em marcha movimentos expansivos de renda e riqueza, via de regra "informais", dificilmente quantificáveis, gerando uma lógica distributiva rigorosamente paralela à observada nos circuitos clássicos de distribuição de rendas.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
228. AZEREDO, Beatriz. <u>Da Previdência à Seguridade Social: Os Perigos da Transição</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 228).	29
229. FERRAZ, João Carlos; CAMPOS, Nauro; YOUNG, Carlos Eduar do F. <u>Trajetórias de Crescimento e a Modernização da Indústria Brasileira: Um Cenário para a Década de 90</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 229).	67
230. VIANNA, Maria Lúcia Werneck; OLIVEIRA, Isabel A. Ribeiro de. <u>Considerações Preliminares Sobre a Questão do Parlamentarismo no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 230).	33
231. MAGALHÃES, Maria Alice E. de. <u>Notas Preliminares Sobre a Crise do Sistema de Proteção Social na Itália</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 231).	29
232. FIORI, José Luís. <u>Leitura Política de uma Industrialização Tardia</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão 232).	31
233. ARAÚJO JR. José Tavares de. <u>A Política Comercial Brasileira e a Integração Latinoamericana</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 233).	32
234. FIORI, José Luis. <u>Para repensar o papel do estado sem ser um neo-liberal</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 234).	25
235. HAGUENAUER, Lia. <u>Estrutura Industrial e Distribuição de Renda</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 235).	40
236. BURLINHAQUI, Leonardo. <u>Notas neo-schumpeteriana</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 236).	29
237. TORRES FILHO, Ernani Teixeira. <u>O novo ciclo do investimento direto japonês e o Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 237).	19

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
238. BASTOS TIGRE, Paulo. <u>Indústria brasileira de equipamentos de automação industrial: implicações para competitividade internacional</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 238).	13
239. BURLAMAQUI, Leonardo. <u>De te fabula narratur? Capitalismo organizado no Japão</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 239).	32
240. FIORI, José Luis. <u>Cenários políticos brasileiros para a década de noventa</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 240).	38
241. TOLIPAN, Ricardo de Mendonça Lima. <u>Cinco Notas Sobre Teoria Econômica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 241).	23
242. STEIN, Mauro L. <u>Ajuste econômico e proteção social na Espanha</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 242).	35
243. TIGRE, Paulo Bastos. <u>Liberalismo, protecionismo e difusão de tecnologia: o caso da indústria de equipamentos de automação industrial de base microeletrônica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 243).	18
244. ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares. <u>A política comercial brasileira diante do Plano Bush</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 244).	20
245. AZEVEDO, Beatriz. <u>O hábito do cachimbo e o Congresso Nacional</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 245).	32
246. TAVARES, Maria da Conceição. <u>Ajuste e reestruturação nos países centrais - a modernização conservadora</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 246).	58

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
247. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. <u>Nem Leviatã nem Moinho Diabólico: notas para pensar a crise (e as perspectivas, sobretudo) da Política Social</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 247).	33
248. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>Espanha, Itália e Brasil: algumas tendências sobre o comportamento do emprego e salários na crise de 1980-85</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 248).	16